

ATA DA 038ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 11 DE MAIO DE 2021
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO MAURO DE NADAL

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Ana Campagnolo - Bruno Souza - Coronel Mocellin - Dirce Heiderscheidt - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz - Felipe Estevão - Fernando Krelling - Ismael dos Santos - Ivan Naatz - Jair Miotto - Jean Kuhlmann - Jerry Comper - Jessé Lopes - João Amin - José Milton Scheffer - Kennedy Nunes - Laércio Schuster - Luciane Carminatti - Marcius Machado - Marcos Vieira - Marlene Fengler - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Moacir Sopelsa - Nazareno Martins - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Paulinha - Ricardo Alba - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Sargento Lima - Sergio Motta - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA - Deputado Mauro de Nadal
Deputado Nilso Berlanda
Deputado Ricardo Alba

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos senhores deputados.

Neste momento, a Presidência suspende a presente sessão para fazer a assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e o Ministério Público de Contas do Estado de Santa Catarina, para que entre si os participantes possam celebrar processos licitatórios em conjunto.

Está suspensa a sessão.

(Pausa)

SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Nesse momento, convido as seguintes autoridades que serão nominadas para compor a Mesa.

Excelentíssimo senhor 1º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, Desembargador João Henrique Blasi;

Excelentíssimo senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, Conselheiro Adircélio de Moraes Ferreira Junior;

Excelentíssima senhora Procuradora-Geral do Ministério Público de Contas junto ao Tribunal de Contas de Santa Catarina, Doutora Cibelly Farias.

Neste momento, damos início ao Ato de Assinatura do Termo de Cooperação Técnica, que entre si celebram o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e o Ministério Público de Contas de Santa Catarina, que tem por objetivo estabelecer os procedimentos a serem observados para a realização entre os partícipes de procedimentos licitatórios em conjunto, na modalidade pregão eletrônico, quando identificadas necessidades em comum que possam ser supridas por meio de contratações compartilhadas, a serem realizadas por meio do sistema de registro de preços.

Convido para fazer uso da palavra, a Excelentíssima senhora Procuradora-Geral, junto ao Tribunal de Contas, Ministério Público de Contas de Santa Catarina, Doutora Cibelly Farias.

SRA. DOUTORA CIBELLY FARIAS (Procuradora-Geral do Ministério Público de Contas junto ao Tribunal de Contas de Santa Catarina) - Cumprimento o Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Deputado Mauro de Nadal;

Excelentíssimo Desembargador João Henrique Blasi, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, neste ato representando o Desembargador Ricardo José Roesler, Presidente do Tribunal de Justiça;

Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Contas de Santa Catarina, Adircélio de Moraes Ferreira Junior;

Excelentíssimos senhores Deputados e Deputadas, bem como demais servidores desta Casa, e autoridades aqui presentes.

Como Procuradora do Ministério Público de Contas, eu gostaria inicialmente de parabenizar a Presidência do Tribunal de Justiça pela iniciativa de propor esse termo de cooperação técnica para a realização de contratações compartilhadas entre as instituições: Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas, Assembleia Legislativa e Ministério Público de Contas. Tal instrumento reforça as boas práticas de gestão pública no âmbito das instituições signatárias.

Gostaria de destacar, aqui, três vantagens que o Ministério Público de Contas identifica na adoção das contratações compartilhadas no setor público. Em primeiro lugar, a economia processual, pois em vez de realizar diversas licitações, é feita uma licitação para todos os órgãos participantes. Em segundo lugar, o ganho em escala promovido pela agregação dos quantitativos demandados pelos órgãos, permitindo a negociação de um preço final mais vantajoso para a administração pública. Em terceiro lugar, a melhoria da qualificação das especificações técnicas, uma vez que se pode aproveitar a expertise técnica compartilhada entre os órgãos participantes na fase de planejamento das licitações. Esse instrumento, já consolidado na administração pública, traz vantagens também para os fornecedores, que podem participar de uma única licitação, com maior volume de fornecimento, e por isso oferecer preços unitários mais baixos e ganhar na escala dos produtos a serem vendidos. Como se vê, o presente termo de cooperação, que será assinado pelas instituições aqui presentes, é um importante passo para o uso mais eficiente e mais eficaz do dinheiro público, meta a ser perseguida por todos os órgãos públicos do País.

Eu agradeço a atenção de todos os senhores, e mais uma vez parablenizo as autoridades que aqui se

encontram pela viabilização do presente instrumento. Muito obrigada e boa tarde a todos.

(Palmas)

SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Convido para fazer uso da palavra o excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, Conselheiro Adircélio de Moraes Ferreira Junior.

SR. CONSELHEIRO ADIRCÉLIO DE MORAES FERREIRA JUNIOR (Presidente de Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina) - Muito boa tarde a todos. Gostaria, em primeiro lugar, de cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Mauro de Nadal;

Senhor Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador João Henrique Blasi, que neste ato representa o Presidente do nosso Tribunal de Justiça, Desembargador Ricardo Roesler;

Senhora Doutora Cibelly Farias, eminente Procuradora-Geral do Ministério Público de Contas, que nos antecedeu em sua fala.

Gostaria também, de uma maneira especial, cumprimentar nossa Diretora Geral de Administração, Doutora Thaís Serpa, aqui presente, que nos prestigia neste momento. Cumprimentar as Deputadas e os Deputados aqui presentes.

Em primeiro lugar, gostaria de registrar nossa satisfação em assinar esse termo de cooperação, iniciativa das mais salutares. Em 2020, a nossa diretoria de administração e finanças dialogou e estudou, juntamente com as demais entidades aqui presentes, os demais órgãos e poderes, em especial Poder Judiciário, que teve essa iniciativa e encaminhou a participação nesse projeto importante. E esse momento não poderia ser mais propício, a pandemia demonstrou notória dificuldade de todos os poderes, que estavam enfrentando dificuldades em contratações públicas, de forma que essa iniciativa é das mais salutares, é muito importante, e ela vem, inclusive, ao encontro da nova lei de licitações, que prevê expressamente em seu artigo 19, inciso I, o dever dos órgãos da administração de instituírem instrumentos que permitam, preferencialmente, a

centralização das aquisições, de forma que, com isso, a tendência é que os órgãos públicos comprem melhor e de maneira mais vantajosa. Então, os meus cumprimentos a todos, muito obrigado e uma excelente assinatura desse termo.

SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Convido para fazer uso da palavra, o excelentíssimo senhor 1º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Desembargador João Henrique Blasi.

SR. DESEMBARGADOR JOÃO HENRIQUE BLASI (1º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina) - Excelentíssimo Deputado Mauro de Nadal, Presidente da Assembleia Legislativa;

Doutor Adircélio de Moraes, Presidente do Tribunal de Contas;

Doutora Cibelly Farias, Procuradora de Contas da nossa Corte Estadual;

Senhores Deputados membros da Mesa, Deputado Ricardo Alba e Deputado Nilso Berlanda;

Senhoras Deputadas, senhores Deputados.

Estar aqui para mim tem sempre o sabor do reencontro, dada a feliz possibilidade que tive de, ao longo de três mandatos, conviver nesta Casa, conviver no Parlamento catarinense, inclusive com vários dos Deputados que compõem a atual Legislatura. Por isso, o meu respeito, por isso, a minha admiração perene a esta Casa e aos seus integrantes, lídimos representantes do povo catarinense.

Compareço aqui, nesta oportunidade, na condição de Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, para cumprimentar o Deputado Mauro de Nadal, cumprimentar a Casa Legislativa por essa iniciativa, junto conosco, o Poder Judiciário, junto com Tribunal de Contas e, também, junto com a Procuradoria de Contas do Tribunal, para firmarmos um compromisso que é republicano, que é importante que se diga, vem ao encontro daquilo que nós desejamos: uma administração pública aberta, transparente, proba, em que o cidadão possa efetivamente confiar.

Via de regra, licitações, via de regra, contratos administrativos são levados ao debate, a discussão, a uma lixe no Tribunal de Justiça, a uma discussão no Tribunal de Contas, e muitas das vezes por falta de clareza, por falta de efetiva definição daquilo que se deva licitar e daquilo que isso deva contratar. Por intermédio desse instrumento que hoje será firmado, em boa hora, essas instituições que dele participam estabelecem um mecanismo importante, num momento de sérias dificuldades financeiras, em momento de escassez da renda pública, nós vamos então objetivar, nós vamos então sistematizar, nós vamos então facilitar, e vamos, com olhos mais atentos, estabelecer determinadas modalidades de contratação pela Assembleia, pelo Tribunal de Contas, pelo Tribunal de Justiça e pela Procuradoria de Contas do Tribunal.

Por isso, senhores Deputados, cumprimento esta Casa, cumprimento em especial o Deputado Mauro de Nadal, e digo que em um momento importante em que a institucionalidade de Santa Catarina se une em favor de um gesto importante para uma administração pública séria e transparente. Muito obrigado.

SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Convido o Mestre de Cerimônias para que proceda à nominata dos poderes e instituições que integram o grupo de cooperação técnica, para a assinatura do termo.

SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS - Autoridades, senhoras e senhores, boa tarde.

Neste momento, o Poder Legislativo Catarinense realiza o Ato de Assinatura do Termo de Cooperação Técnica para a Realização de Procedimentos Licitatórios em Conjunto, quando identificadas necessidades comuns.

Convidamos para se posicionar junto à mesa, no centro do Plenário, onde acontecerá a assinatura do Termo, o excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Deputado Mauro de Nadal.

Convidamos, também, o excelentíssimo senhor 1º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Desembargador João Henrique Blasi.

Convidamos o excelentíssimo senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado, Conselheiro Adircélio de Moraes Ferreira Junior.

Convidamos a excelentíssima senhora Procuradora Geral junto ao Tribunal de Contas, Ministério Público de Contas de Santa Catarina, Cibelly Farias.

Neste momento, eu solicito às autoridades para proceder com a assinatura do referido Termo.

(Procede-se à assinatura do Termo.)

Agradecemos as autoridades. Os senhores e a senhora podem então retornar aos seus assentos. Muito obrigado.

(Palmas)

SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Concedo a palavra aos senhores e senhoras Líderes pelo tempo de até dois minutos.

Com a palavra o sr. Deputado Kennedy Nunes.

SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Eu queria cumprimentar a todos da Mesa, dizendo que é muito bom ver este processo que, além da economicidade, nós, do setor público, estamos fazendo o que as grandes empresas fazem. No momento da compra, se reúnem para ter o menor preço, da oferta e procura.

Então, quero parabenizar, tanto o nosso Presidente Deputado Mauro, como também o Tribunal de Contas, o Tribunal de justiça e o Ministério Público de Contas por essa iniciativa. E isto me faz acreditar que, além da economicidade, da agilidade, também temos um pouquinho mais segurança para não acontecer o que aconteceu tempos atrás, da compra dos 200 respiradores, que foi até hoje a uma marca muito difícil de ter, e se tivesse isso, quiçá, não teríamos caído no golpe que Santa Catarina deu.

Mas permita-me, senhor Presidente, fazer um registro do meu amigo, Doutor João Henrique Blasi, meu parceiro aqui, de tribuna, me lembrei do tempo, Doutor Blasi, que vossa excelência era o líder do Governo, e eu era o líder da oposição, e

tivemos nesta Casa grandes embates. Embates salutareis, dentro, cada um, das suas convicções e de seus papéis. Mas me permita, cada vez que vejo vossa excelência, aqui, me faz lembrar o quanto que aprendi com vossa excelência neste Parlamento. Muito obrigado, senhor Presidente.

SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Concedo a palavra ao sr. Deputado Marcos Vieira.

SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Senhor Presidente, lhe cumprimento, em seu nome quero cumprimentar demais Deputadas e demais Deputados que se fazem presente, mas também cumprimentar o sempre Deputado, hoje Desembargador, João Henrique Blasi, 1º Vice-Presidente do egrégio Tribunal de Justiça de Santa Catarina; cumprimentar o Conselheiro Adircélio, que é o Presidente do Tribunal de Contas; e a senhora Cibele, é que da Procuradoria de Contas do Estado.

Senhor Presidente, gostaria de parabenizar pela iniciativa de vossa excelência para envolver poderes e órgãos no sentido de proceder à assinatura desse Termo, desse acordo, para fazer licitações de forma conjunta. O nosso Tribunal de Contas tem, efetivamente, um quadro funcional muito técnico, do mais do mais alto gabarito, e com certeza absoluta o Conselheiro Adircélio haverá de prestar todo o apoio, não tenho dúvida nenhuma. Mas ao cumprimentá-lo, eu quero também fazer uma referência especial ao sempre Deputado e amigo, João Henrique Blasi, se ele na época era líder do Governo, e o Deputado Kennedy era da oposição, no maior projeto de lei de reforma administrativa dos últimos 30 anos em Santa Catarina, João Henrique Blasi era o relator da matéria, e eu, com muita alegria, com muita satisfação, fui escolhido o relator adjunto do Deputado João Henrique Blasi. Só não me faça contar o dia anterior da tramitação final do projeto de lei, e ele está rindo, o Deputado Blasi. Mas parabenizo a todos da Mesa, muito obrigado senhor Presidente. Parabéns!

SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Concedo a palavra a sra. Deputada Paulinha.

SRA. DEPUTADA PAULINHA - Da mesma forma, eu quero manifestar, aqui, o meu abraço e a minha satisfação de acompanhar esse momento. Em primeiro lugar, parabenizando vossa excelência pela iniciativa, e também estendendo o meu abraço ao Adircélio, a Cibelly e ao Blasi, que é um grande amigo e um homem que reúne toda a minha admiração, ele sabe disso, desde o período em que ele se fazia presente na tribuna desta Casa.

Eu quero dizer para vocês, meus Colegas, que isso sim é dar retorno efetivo à sociedade, esse gesto, esse ato que é provocado hoje pelo Presidente Mauro, com respaldo dos poderes. Nós estamos falando, aqui, pontualmente de transparência, de eliminação em definitivo de qualquer chance e processo corruptório em um procedimento licitatório, porque a gente envolve a força dos poderes nesse processo de aquisição, entre poderes, e isso é maravilhoso, é um passo muito importante para o Estado de Santa Catarina, e eu lamento que talvez os tempos sejam tão densos que as pessoas não possam valorar com o devido tamanho que esse momento hoje nos impõe.

Na prática, o cidadão catarinense vai ter mais economia, mais transparência, mais respostas, mais resultado nos processos de compra dos poderes. Parabéns a todos os órgãos envolvidos, em especial a vossa excelência, Presidente Mauro.

SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Silvio Dreveck.

SR. DEPUTADO SÍLVIO DREVECK - Obrigado senhor Presidente, Deputado Mauro de Nadal; cumprimento também ao Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Doutor João Henrique Blasi, prazer em revê-lo nesta casa, e ao mesmo tempo enaltecer a vossa excelência, que tem demonstrado sua capacidade e competência junto ao nosso TJ, que é de fundamental importância para todos nós e para todo cidadão catarinense. Não diferente, a minha saudação ao Doutor Adircélio, nosso Presidente do Tribunal de Contas; a Doutora Cibelly, Ministério Público, Deputado Berlanda, Deputado Ricardo Alba, que compõem a Mesa neste momento.

Eu quero destacar também, aqui, além da importância desse termo de cooperação técnica, é a demonstração da capacidade, da inteligência e, ao mesmo tempo, da independência dos poderes estarem sempre trabalhando em prol do cidadão catarinense. Há divergências, há convergências, e por isso é importante que não seja unânime, tanto de um poder, quanto em outro, mas o importante é ressaltar que historicamente Santa Catarina tem dado bons exemplos da independência, mas da convivência pacífica e da construção de bons projetos, de boas políticas públicas em favor dos catarinenses. Por isso, o nosso reconhecimento, Presidente, o nosso muito obrigado a mais esse ato de relevância para todos os catarinenses.

SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Concedo a palavra ao sr. Deputado Maurício Eskudlark.

SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Senhor Presidente, senhores deputados, autoridades, Doutor Adircélio, Doutora Cibele, Doutor Desembargador João Henrique Blasi. Nesse momento, em que a gente vê, a cada dia, novas formas de descuidar e de aplicar mal o dinheiro público, é sempre importante esse trabalho conjunto de fiscalização e de apoio, uma fiscalização que seja eficiente, rápida, e não emperre as atividades, e torne todas as licitações, compras, e todo o serviço público transparente. Então, vejo com alegria, é isso que a sociedade quer, é isso que a sociedade nos cobra.

Já que foram levantadas algumas lembranças, só queria render a minha homenagem ao Deputado Blasi, então, na época, quando o Secretário de Segurança, em 2006, que eu tive a oportunidade de assumir essa Assembleia por alguns meses, e que, graças ao convencimento dele junto ao Governador Luiz Henrique, nós conseguimos aprovar a aposentadoria especial dos policiais civis, problema que infelizmente, Doutor Adircélio, até hoje ainda assombra os policiais, não temos muita clareza nessa situação, mas esperamos que logo, e agora com a reforma administrativa, a gente saiba fazer um divisor, para quem tinha uma legislação e

os direitos previstos, e para os novos que agora estão entrando, que esses podem sim obedecer uma nova regra. Mas, parabênizo a todos pela importância desse ato.

SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Obrigado a todos os senhores Deputados e senhoras deputadas. Entre tantos atos que esta Casa celebra, ao longo deste período que eu estou aqui como Deputado estadual, qualifico este como um dos mais importantes, porque juntamente com Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, a gente cela um pacto, um grande pacto em favor dos catarinenses, um pacto da melhor aplicação do recurso público, que é fruto justamente do imposto deste catarinense. Ao tempo em que todos aqui fizeram referência, de uma forma bem preciosa, do quanto significa este momento para a história dos poderes. Digo que, além da economia, da economia processual de tramitação de todo um processo legislativo, porque tem algo se combate muito, e principalmente aqui, é voz corrente aqui no Parlamento, é a morosidade com que a máquina pública responde aos cidadãos de Santa Catarina, responde cidadão brasileiro. Ao tempo que a gente formaliza esta cooperação, nós estamos ganhando tempo em resposta a esta sociedade, porque uma licitação, na grande maioria das vezes, ela leva no mínimo 45 dias, e tem algumas, ainda, que levam muito mais, dependendo dos recursos que forem interpostos na tramitação do processo licitatório. Então, nós vamos ganhar em tempo, vamos ganhar na qualificação técnica, como aqui mencionou com muita precisão a Doutora Cibele, porque uma qualificação técnica, no momento em que você busca a padronização de um simples objeto comum aos poderes, que é um copo, por exemplo, ao tempo que nós temos essa padronização, nós já vamos evitar que, neste item, nós tenhamos um recurso, questionando a qualificação deste item, então, nisso também ganhamos, e além de preço, é claro. Onde vários órgãos se colocando à disposição de adquirir o produto, o preço tende a ser bem melhor, e o

produto de muito mais qualidade, então todos nós ganhamos com isso.

Quero agradecer aqui a presença, agradecer imensamente a presença do Desembargador Doutor João Henrique Blasi, a presença do Conselheiro e Presidente do Tribunal de Contas, Adircélio de Moraes Ferreira Junior, e também da Doutora Cibelly Farias, que representa aqui o Tribunal de Contas, Ministério Público do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. Muito obrigado pela presença de todos vocês, para nós é o momento de muita alegria estar firmando este grande compromisso em prol de Santa Catarina.

Agradeço a presença de todos os senhores, das senhoras e, na sequência, então, passo a palavra ao Deputado Ricardo Alba, para que possa fazer a retomada da sessão. *[Transcrição: Northon]*

DEPUTADO RICARDO ALBA (Presidente) - Reabre a sessão e passa ao horário reservado às Breves Comunicações.

Breves Comunicações

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Orador) - Primeiramente, registra a entrega de aproximadamente 200 viaturas para a Segurança Pública, PMSC, pelo Poder Executivo, e ainda a previsão de mais 27 para outros municípios. Comenta a ação da Polícia do Rio de Janeiro contra traficantes, onde ocorreu a morte de 28 bandidos. Destaca que o trabalhador honesto não sai para trabalhar, ou nas ruas, com metralhadoras modernas, fuzis, pistolas e espingardas de última geração. Cita que em Santa Catarina ocorreu um princípio da mesma situação no passado, mas felizmente, na época, as Forças de Segurança catarinense identificaram os mandantes que incendiavam ônibus e Delegacias de Polícia, e todos os bandidos foram transferidos para unidades de segurança máxima. Enaltece o trabalho da Polícia Civil e Militar de Santa Catarina, pois atualmente esse tipo de ocorrência está sob

controle. Cita que há um grupo de inteligência funcionando, e em qualquer lugar que é constatado armamento clandestino, se consegue localizar e tirar de circulação. Lamenta a morte de um Policial Civil no confronto da operação no Estado do Rio de Janeiro. [Taquígrafa: Ana Maria]

DEPUTADO FABIANO DA LUZ (Orador) - Refere-se ao fato histórico que foi a votação do *impeachment*, ou não, do governador Carlos Moisés. Refere-se a sua participação, que não foi em uma disputa entre Moisés e Daniela, mas estava ali como um julgador. Relata sobre o seu voto, ressaltando que juridicamente não havia o que discutir, pois o Ministério Público, Tribunal de Contas, Polícia Federal, Procuradoria-Geral e o STJ, retirando o nome do Governador de qualquer investigação, não encontraram nada no nome dele envolvido na compra dos respiradores.

Constata que já houve inúmeros exemplos de injustiças que foram cometidas e, como exemplo, cita o caso do ex-Presidente Lula, que foi preso por indícios de ser dono do triplex, e também a cassação da ex-Presidente Dilma que foi afastada por pedaladas fiscais e depois foi inocentada das acusações. Coloca que, nestes casos, o estrago já estava feito, e hoje o resultado é a tragédia que é o país governado por uma pessoa que não tem a mínima capacidade de estar no comanda da Nação, foi expulsa do Exército e que ficou, 27 anos, na Câmara Federal, sem dizer o que estava fazendo lá.

Afirma que, em momento algum, chegou alguém que disse que fez isso a mando do Governador, ou que tenha atendido a um pedido do Governador. Menciona que essa falta de prova material mostra que não poderia ser cometida uma injustiça. Entende que, sem a certeza naquela acusação que estava sendo feita, não lhe cabia fazer um ato de condenar uma pessoa sem as provas da sua culpa. Assim, diz que está tranquilo com o seu voto por saber que não cometeu injustiça contra nenhuma pessoa. [Taquígrafa: Eliana]

Partidos Políticos

Partido: PT

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI (Oradora) - Reporta-se ao Julgamento Especial, sem emitir juízo de valor sobre o resultado na última sexta-feira, mas diz que o Governo, a partir de agora, deve enfrentar os desafios que existem. Afirma que a semana, na Casa Legislativa, começou com muitas demandas e expectativas, após chegar ao fim o troca-troca de Governo no Estado de Santa Catarina, o que entende como situação que nenhum catarinense merece. Menciona que não defende nem "a" e nem "b", porque segundo os preceitos de Estado Democrático de Direito os julgamentos foram feitos, e espera que esse capítulo não retorne para a história política do Estado. Comenta que enquanto as canetas douradas ficavam nomeando e exonerando cargos, os trabalhadores continuavam precisando de vacinas contra a Covid-19, de cirurgias eletivas represadas pela falta de insumos, de reformas e melhorias nos prédios escolares e nas estradas, e destaca a questão de poços artesianos e de reservatórios no campo e na cidade para driblar a falta de água causada pela estiagem.

Diz que a Assembleia Legislativa está desde 05 de abril esperando para ouvir os Secretários estaduais de Agricultura e o de Desenvolvimento Sustentável sobre o anúncio de investimentos de R\$1,7 bilhões em planejamento hídrico, feito pelo Governador Moisés no ano passado, porque até agora não alterou o drama de quem depende de água para produzir, viver e sobreviver. Ao mesmo tempo, faz comentários sobre os decretos de situação de emergência, e espera que os gestores permaneçam nos seus cargos, porque agora é o momento de agendar e cobrar de como e quando esse planejamento hídrico será feito, uma vez que é de suma importância para os produtores rurais.

Fala que Santa Catarina não aplicou nem 50% das doses recebidas para a vacinação contra a Covid-19, logo entende a necessidade de acelerar nos municípios e avançar nos grupos prioritários,

bem como diz que vários Estados já começaram a imunizar os profissionais da área de educação, sendo que Santa Catarina nem a data foi determinada para iniciar o processo de vacinação. Também, comenta que a Saúde tem muitas pautas represadas, como a questão das cirurgias eletivas, e que a demora no tratamento pode levar à morte. Encerra, apelando ao Governo de Estado para que corra atrás do tempo perdido e, principalmente, atenda os pedidos por vacina, bem como atenção para à saúde, combate à estiagem, renda emergencial. Por isso, espera que o Governador Moisés tome as rédeas e as secretarias apresentem resultados, diálogo, eficiência. [Taquígrafa: Sílvia]

DEPUTADO RICARDO ALBA (Presidente) - Não havendo mais oradores inscritos, suspende a presente sessão até às 16h.

(Pausa)

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Reabre a sessão e passa à Ordem do Dia.

Ordem do Dia

A Presidência dá início à pauta da Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Conversão em Lei de Medida Provisória n. 00235/2021, de autoria da comissão de Finanças e Tributação, que altera os arts. 3º, 4º e 12 da Lei nº 18.007, de 2020, que estabelece medidas temporárias a serem adotadas no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde (SES) para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.

Conta com parecer favorável da comissão de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0155/2020, de autoria do Deputado Paulo Roberto Eccel, que altera a Lei nº 5.102, de 1975, que "Dispõe sobre o depósito e a venda de veículos removidos, retidos ou apreendidos pelo Departamento Estadual de Trânsito".

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global e subemenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0226/2018, de autoria da Deputada Ada De Luca, que dispõem sobre a instalação de painéis solares fotovoltaicos nas escolas da rede pública estadual, presídios e penitenciárias de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia; e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs. Deputados Jessé Lopes, Marcius Machado, Jair Miotto, Dr. Vicente Caropreso, Luciane Carminatti e Silvio Dreveck.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Esclarece ao Deputado Silvio Dreveck que o prazo de 90 dias foi retirado em um substitutivo global.

Continua em discussão.

Discutiram também a matéria os srs. deputados Milton Hobus, Marlene Fengler, Volnei Weber, Bruno Souza e Sargento Lima.

Encaminharam a votação da matéria as sras. Deputadas Ada De Luca e Paulinha.

Está encerrada a discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por maioria.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0266/2020, de autoria do Deputado Rodrigo Minotto, que reconhece o Município de Forquilha como a Cidade mais Alemã do Sul de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria o sr. Deputado Ivan Naatz e Rodrigo Minotto.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0363/2017, de autoria da Deputada Dirce Heiderscheidt, que dispõe sobre a reserva de vagas de trabalho em agências de emprego e de vagas nas escolas da Rede Pública Estadual para mulheres vítimas de violência doméstica ou familiar e seus filhos, e adota outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global e subemenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Trabalho, Administração e Serviço Público; e de Direitos Humanos.

Parecer contrário da Comissão de Justiça à Emenda apresentada em Plenário

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs. deputados: Ana Campagnolo, Jessé Lopes, Paulinha, Luciane Carminatti, Sargento Lima e Luciane Carminatti.

Deputado Ivan Naatz - Pede a palavra, pela ordem.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Concede a palavra, pela ordem, ao Deputado Ivan Naatz.

DEPUTADO IVAN NAATZ - Comunica aos membros da Comissão de Turismo e Meio Ambiente que a convocação das 17h para a presente data, diante das discussões em Plenário, será transferida para a próxima terça-feira, no mesmo horário.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Continua em discussão.

Discutiram também a presente matéria os srs. Deputados Ada De Luca e Fabiano da Luz.

Encaminhou a votação da matéria a sra. Deputada Dirce Heiderscheidt.

Está encerrada a discussão.

Em votação.

Solicita à assessoria que abra o painel para que os srs. Deputados possam exercer seu direito de voto, conforme requerimento do Deputado Jessé Lopes, deferido por esta Presidência.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark questiona se seria possível votar a emenda em separado, e a Presidência informa que ela foi rejeitada na Comissão de Constituição e Justiça, não sendo possível apreciá-la em Plenário.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Continua em votação.

Os srs. Deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA	sim
DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO	não
DEPUTADO BRUNO SOUZA	não
DEPUTADO CORONEL MOCELLIN	não
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	
DEPUTADO FABIANO DA LUZ	sim
DEPUTADO FELIPE ESTEVÃO	
DEPUTADO FERNANDO KRELLING	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	
DEPUTADO IVAN NAATZ	sim
DEPUTADO JAIR MIOTTO	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JERRY COMPER	

DEPUTADO JESSÉ LOPES	não
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO MARCIUS MACHADO	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADA MARLENE FENGLER	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	
DEPUTADO MILTON HOBUS	
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NAZARENO MARTINS	
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSO BERLANDA	sim
DEPUTADO PE. PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADA PAULINHA	sim
DEPUTADO RICARDO ALBA	não
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SARGENTO LIMA	não
DEPUTADO SERGIO MOTTA	
DEPUTADO SILVIO DREVECK	
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO VOLNEI WEBER	

(Votação nominal realizada de forma híbrida digital e manual. O senhor Presidente, Deputado Mauro de Nadal, acolheu as manifestações dos Deputados: Romildo Titon, Sergio Motta e Volnei Weber favoráveis ao projeto, fora do sistema eletrônico de votação. Totalizando assim 25 votos, sendo 19 sim, 6 não e nenhuma abstenção.)

Está encerrada a votação.

Votaram 25 srs. Deputados.

Temos 19 votos "sim", 6 votos "não" e nenhuma abstenção.

Está aprovada a matéria por maioria.

O Sr. Deputado Fernando Krelling pede a palavra pela ordem para registrar o seu voto "sim". A Presidência informa que a votação já foi encerrada, mas fica registrada a intenção.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Dá continuidade à pauta da Ordem do Dia.

Pedido de Informação n. 0330/2021, de autoria do Deputado João Amin, solicitando, ao Secretário da Casa Civil, informações acerca dos trâmites da Emenda 1042 da APAE Florianópolis.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0331/2021, de autoria do Deputado Sargento Lima, solicitando, à Secretaria Estadual de Educação, informações acerca do monitoramento da segurança nas escolas públicas estaduais.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0332/2021, de autoria do Deputado Valdir Cobalchini, solicitando ao Secretário de Estado da Infraestrutura, informações acerca do motivo que o feery boat de Joinville não vem aceitando as carteiras de autista e de passe livre intermunicipal que tem sido apresentada pelos usuários.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0333/2021, de autoria da Deputada Ada De Luca, solicitando ao Secretário de Estado da Segurança Pública, informações acerca do funcionamento do Projeto Ronda Escolar no Município de Saudades.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0334/2021, de autoria da Deputada Ada De Luca, solicitando ao Secretário de Estado da Segurança Pública, informações acerca do funcionamento do Projeto Ronda Escolar no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0335/2021, de autoria do Deputado Bruno Souza, solicitando ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, informações acerca dos contratos de vigilância da obra do Centro de Inovação de Brusque.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0320/2021, de autoria do Deputado Rodrigo Minotto, manifestado aplauso à Santa Mônica Helena Leandro, pelo trabalho em defesa de crianças em situação de vulnerabilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0321/2021, de autoria do Deputado Neodi Saretta, manifestando apoio a aprovação do Projeto de Lei nº 2.564/2020 que tramita no Senado Federal.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0322/2021, de autoria do Deputado Jessé Lopes, cumprimentando o Soldado Fogaça, do 8º Batalhão de Bombeiros, que estando de folga, salvou a vida de uma jovem que pretendia tirar a própria vida no município de Tubarão.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0323/2021, de autoria do Deputado Valdir Cobalchini, cumprimentando a diretoria da Associação Chapecoense de Futebol, pelos seus 48 anos.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0324/2021, de autoria da Deputada Paulinha, cumprimentando o Município de Joinville, pela criação do Programa Público de Tratamento de Acidente Vascular Cerebral - JOINVAS.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0735/2021, 0736/2021 e 0737/2021, de autoria do Deputado Maurício Eskudlark; 0738/2021, 0739/2021 e 0752/2021, de autoria do Deputado Jerry Comper; 0740/2021, de autoria do Deputado Jessé Lopes; 0741/2021, 0742/2021, 0745/2021 e 0748/2021, de autoria do Deputado Neodi Saretta; 0743/2021 e 0744/2021, de autoria da Deputada Luciane Carminatti; 0746/2021, de autoria do Deputado Valdir Cobalchini; 0747/2021, de autoria do Deputado Nilso Berlanda; 0755/2021, de autoria do Deputado Volnei Weber;

0766/2021, de autoria do Deputado Milton Hobus; e 0773/2021, de autoria do Deputado João Amin.

A Presidência comunica, ainda, que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 1008/2021, de autoria do Deputado Jerry Comper; 1009/2021 e 1021/2021, de autoria do Deputado Nilso Berlanda; 1010/2021, de autoria do Deputado Jessé Lopes; 1011/2021, de autoria da Deputada Luciane Carminatti; 1012/2021, de autoria do Deputado Neodi Saretta; 1013/2021, de autoria da Deputada Ana Campagnolo; 1014/2021, 1016/2021 e 1017/2021, de autoria do Deputado Valdir Cobalchini; 1015/2021, de autoria da Deputada Ada De Luca; 1018/2021 e 1019/2021, de autoria do Deputado Neodi Saretta; 1020/2021, de autoria do Deputado Sargento Lima; 1022/2021, de autoria do Deputado Bruno Souza; 1023/2021, 1024/2021, 1025/2021, 1026/2021, 1027/2021 e 1028/2021, de autoria do Deputado Marcius Machado.

Finda a pauta da Ordem do Dia. [Taquiografia: Cinthia]

Explicação Pessoal

DEPUTADO VOLNEI WEBER (Orador) - Fala sobre a sua indicação ao Governo do Estado, solicitando a edição de uma Medida Provisória que institui o repasse financeiro aos hospitais de Santa Catarina de forma simplificada.

Discorre sobre as dificuldades enfrentadas pelos hospitais durante a pandemia, que perderam receitas com o cancelamento das cirurgias eletivas, mas suas despesas aumentaram, exigindo esforços consideráveis para manter os atendimentos de urgência e emergência. Traz dados de hospitais do Estado, reforçando que a receita não é suficiente, acumulando dívidas, e cita o Hospital Santa Terezinha em Braço do Norte, que acumula despesa extraordinária de aproximadamente R\$ 1 milhão. Mostra-se preocupado com a diminuição das receitas para os hospitais e o atendimento

precário para a população, o que chama de constrangedor.

Comenta da dificuldade burocrática para se conseguir emendas parlamentares de Deputados federais, e cita a falta de convênio para que isso ocorra. Lembra que os valores dos produtos hospitalares triplicaram, impossibilitando os hospitais de arcarem com as despesas.

Pede o apoio aos Colegas para a simplificação dos repasses de recursos financeiros ordinários do Estado, vindo inclusive do Governo federal ou de emendas parlamentares para estas instituições de saúde, e diz que se faz necessário que os mesmos cheguem com extrema urgência para que os hospitais consigam sobreviver.

DEPUTADO NILSO BERLANDA (Presidente) -
Parabeniza o Deputado pelo tema, acrescentando que tem muitos hospitais, inclusive no oeste, como o hospital de Irani, de Campo Belo, que ligou pedindo ajuda. Afirma que é preciso olhar os hospitais de cidades pequenas que estão cumprindo com o seu dever. *[Taquiografia: Guilherme]*

DEPUTADO MARCIUS MACHADO (Orador) - Concorde com o posicionamento do Deputado Volnei Weber. Comenta que possui um projeto de lei que garante que hospitais filantrópicos possam receber as emendas, retirando, apenas nesse momento de pandemia, a exigência das certidões. Comunica que o projeto já passou pela CCJ, mas hoje, infelizmente, está parado em outra comissão. Relata a necessidade de ações emergenciais nesse momento de crise, e expressa a necessidade de urgência na tramitação do projeto.

Informa que, na presente data, foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça outro projeto de sua autoria, que garante que o Estado possa receber projetos de engenharia, que possuem intenção de fazer o Estado crescer, de forma gratuita. Acrescenta que, através desse PL, uma universidade poderá concretizar projetos de arquitetura, engenharia e outros tipos para TCC e demais projetos.

Deputado Volnei Weber (Aparteante) - Informa que o projeto dos hospitais ainda não chegou na Comissão de trabalho, mas assim que chegar, será aprovado. Parabeniza o projeto do Deputado Marcius Machado. *[Taquiografia: Northon]*

DEPUTADO NILSO BERLANDA (Presidente) - Não havendo mais oradores inscritos, encerra a presente sessão, convocando outra, ordinária, para o dia subsequente, à hora regimental.

Está encerrada a sessão.

(Ata sem revisão dos oradores.)

[Revisão: Taquígrafa Sara]